

AUTOCONSUMO: SEGURANÇA ALIMENTAR NA AGRICULTURA FAMILIAR

Carla Bedin Piazza¹
Franciele A. C. Follador²
Ana Paula Vieira³
Francieli do Rocio de Campos⁴
Flavia Bedin⁵

RESUMO

Com o objetivo de identificar se os agricultores familiares estão produzindo alimento para consumo próprio, gerando renda com a agricultura familiar e recebendo assistência técnica para tal produção e qual a destinação dos alimentos produzidos e não consumidos foi realizada pesquisa no Município de Saudade do Iguçu Assentamento Nova Fartura Comunidade São Cristovão. Foi então elaborado um questionário e aplicado através de visitas com entrevistas a 22 agricultores familiares em suas propriedades buscando assim contextualizar a realidade dos agricultores familiares com relação a produção para autoconsumo. Através da pesquisa constatou-se a existência da produção para autoconsumo com diversidade de alimentos mesmo com pouca área destinada para tal e a ausência da assistência técnica na maioria das propriedades. Podendo assim concluir que a as propriedades tem área para suportar uma produção maior, os agricultores têm conhecimento de vida e vontade o que falta é orientação através da assistência técnica regular.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Alimentar; Agricultura Familiar; Assistência Técnica.

1 INTRODUÇÃO

A produção de alimentos para consumo próprio compreende qualquer tipo de produção gerada no interior da unidade familiar onde os alimentos sejam produzidos ou utilizados pelos membros da mesma para suprir suas necessidades (SCHNEIDER & GAZOLLA, 2005).

O autoconsumo proporciona as famílias agricultoras um acesso facilitado à maioria dos alimentos, estes são capazes de fornecer os mais diversos nutrientes que o organismo precisa e ainda respeita as preferências alimentares dos agricultores, sua forma particular de preparar e consumir e preserva a cultura, já que muitas práticas são passadas de pai para filho (GRISA & SCNEIDER, 2008).

Sendo o autoconsumo uma prática de produção de alimentos para consumo próprio é necessário que se faça uma ligação com a Segurança Alimentar que será garantida nas propriedades rurais através da referida prática.

¹ Graduanda em Economia Doméstica – UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

² Química. Doutora em Eng. Agrícola – Recursos hídricos e saneamento ambiental. Docente do curso de Economia Doméstica do CCSA – UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão – PR. Membro do GEPSA.

³ Doutora em Ciência de Alimentos. Docente do curso de Economia Doméstica do CCSA – UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão – PR. Membro do GEPSA.

⁴ Bacharel em Economia Doméstica. Msc. Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Docente colaborador do Curso de Economia Doméstica - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

⁵ Economista Doméstico. Docente colaborador do Curso de Economia Doméstica - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.



A segurança Alimentar é considerada um direito de todos. Ela garante o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade adequada sem comprometer as outras necessidades essenciais e deve levar em consideração práticas sustentáveis e que respeitem os hábitos alimentares da população (CARDOSO, 2011).

O objetivo foi identificar se os agricultores familiares do Assentamento Nova Fartura, Saudade do Iguaçu, PR, utilizam-se do cultivo de alimentos para o autoconsumo e qual a destinação dos alimentos que são produzidos e não consumidos dentro da propriedade. Avaliar a importância da assistência técnica nas pequenas propriedades, quantificar os alimentos produzidos, bem como a qualidade desses verificando a geração de renda. E ainda identificar se os agricultores estão recebendo algum tipo de auxílio da prefeitura do município.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi elaborado através de revisão bibliográfica, sobre a agricultura familiar, produção de alimentos para consumo, comercialização dos produtos produzidos na propriedade, e em seguida complementada por pesquisa de campo com entrevistas junto aos agricultores familiares na Comunidade São Cristovão Assentamento Nova Fartura no Município de Saudade do Iguaçu nos meses de maio e junho de 2012.

Para esta pesquisa foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada para a coleta de dados. E em seguida houve a aplicação de um questionário composto por questões fechadas e abertas, sendo assim visitadas todas as propriedades da comunidade num total de 22 propriedades.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Agricultura Familiar

Durante os últimos 10 mil anos houve um grande aumento da população requerendo assim um crescimento similar da produção de alimentos no mundo. Esse crescimento aconteceu em parte por um aumento de terras que foram transformadas e passaram a ser áreas cultiváveis. Mas só esse aumento no número de terras não bastou e não foi capaz de gerar os alimentos necessários.

Assim tornou-se necessário a implantação de duas revoluções: a Mecanização e a Revolução Verde, com um princípio que privilegiava o lucro e a



dependência, enraizando nos agricultores uma série de mitos sobre a superioridade e modernidade das tecnologias que eram adeptas a produtos químicos e a mecanização das lavouras (WINK, SCHOENHALS, CAOVILLA, 2009).

Assim o solo não era mais um ser vivo, mas sim um meio de sustentar o crescimento de gerações de safras com um enorme e descontrolado uso de insumos químicos. A Revolução Verde conseguiu aumentar a produtividade, mas trouxe com ela problemas sociais graves.

O grande uso de agrotóxicos, adubos químicos e da mecanização fez com que se expandissem as grandes lavouras de monocultura, reduzindo o nível de emprego rural, aumentando a concentração de posse da terra e ocasionando o êxodo rural dos pequenos agricultores (WINK; SCHOENHALS; CAOVILLA, 2009).

Além desses fatores, deve-se considerar também a junção das novas tecnologias com as tradições passadas de geração após geração que são tradicionais. O que foi constatado entre os agricultores da região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul.

A observação detalhada no âmbito da organização e dinâmica interna das famílias permite evidenciar que, entre esses agricultores, os cultivos e criações que empregam intensivamente as ditas tecnologias modernas coexistem, lado a lado, com técnicas tradicionais e uma expressiva produção de alimentos voltada ao autoconsumo das famílias, associada à garantia de sua segurança alimentar e, então, às suas estratégias de reprodução social (MENASCHER; MARQUES; ZANETTI, 2008, p.05).

Após a Revolução Verde a extensão rural passou a ter como papel educar as populações rurais de forma a possibilitar a transformação dos conhecimentos tradicionais que passaram a ser ineficientes e serviam de obstáculo para a adoção de novas práticas e tecnologia (GUIVANT, 1997).

O debate que envolve a agricultura familiar cresceu em vários âmbitos tanto dentro dos órgãos públicos como também num espaço muito importante que é o meio acadêmico. A agricultura familiar deve ser reconhecida destacando-se o seu papel fundamental o da produção de alimentos, da geração de empregos e da distribuição de renda e terra (PFEIFER, 2002).

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura familiar e a Alimentação –(FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 1996) definem o agricultor familiar a partir de três características: quem tem o controle da propriedade é a família; o trabalho é realizado em sua maior parte pela família e os



fatores da produção podem ser passados quando aquele que tem a gerencia falece ou se aposenta (BLUM, 2001).

3.2 Agricultura convencional

A agricultura durante a última metade do século XX tem sido bem sucedida, satisfazendo a crescente demanda de alimentos. Essa satisfação na produção se deve aos avanços tecnológicos, como o desenvolvimento de novas variedades de plantas, o uso de fertilizantes e agrotóxicos e técnicas de irrigação (GLIESSMAN, 2001).

Contudo toda essa inovação tecnológica acabou por acarretar uma eminente degradação do solo, reservas de água e diversidade natural, recursos dos quais a agricultura depende.

Segundo GLIESSMAN (2001, p.33)

Em resumo, a agricultura moderna é insustentável ela não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, a longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível.

De acordo GLIESSMAN (2001) a agricultura convencional gira em torno de dois objetivos que tem relação entre si: a maximização da produção e a do lucro. Para isso utiliza-se o cultivo intensivo que tende a degradar a qualidade dos recursos naturais.

Nesse processo a matéria orgânica do solo é reduzida pela falta de cobertura e o solo torna-se compactado pelo frequente trânsito das máquinas agrícolas. A perda da matéria orgânica acarreta perda na fertilidade do solo e ainda pode causar erosão do solo que combinada com a degradação torna grande parte da produção agrícola mundial cada vez menos fértil (GLIESSMAN, 2001).

As práticas de agricultura convencional comprometem a produção futura a favor da alta produtividade do presente. Os altos índices de rendimento da agricultura convencional se devem em grande parte ao aumento do uso de insumos.

Quanto mais tempo as práticas convencionais forem utilizadas em solos agrícolas mais o sistema se torna dependente de insumos externos. A agricultura não pode ser sustentável enquanto permanecer essa dependência de insumos (GLIESSMAN, 2001, p. 48).

GLIESSMAN (2001) afirma que em seu sentido mais amplo a sustentabilidade é uma versão do conceito de produção sustentável. Ou seja, a possibilidade de se



produzir agora sem comprometer as gerações futuras. Para isso torna-se necessário preservar a produtividade da superfície de terra cultivável o que requer que seja feita a produção sustentável de alimentos, através de práticas agrícolas alternativas.

3.3 Segurança Alimentar

O termo “Segurança alimentar” começou a ser utilizado após a segunda Guerra Mundial. Com a experiência negativa da guerra, percebeu-se que um país poderia dominar o outro controlando o seu fornecimento de alimentos. A alimentação tornou-se uma arma a ser aplicada por uma potência em um país que não teria condição de produzir quantidade suficiente de alimentos. Essa nova forma de poder resultou numa questão nacional de segurança em cada país, resultando na necessidade de se formarem estoques de alimentos (MALUF *et al.*, 2012.).

Esse conceito de garantia de poder com alimentos durou até a década de setenta quando foi lançada a Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO, em 1974.

A Conferência aconteceu num período de escassez de alimentos e reafirmou que a capacidade de acesso e produção dos alimentos não é simplesmente uma questão de poder, mas sim uma forma de garantir a Segurança Alimentar.

Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) devem ser avaliados alguns pontos quando tratamos de Segurança Alimentar, o primeiro diz respeito a qualidade e a sanidade dos alimentos, ou seja, todos tem direito ao acesso a alimentos de boa qualidade sem contaminação de qualquer componente que possa prejudicar a saúde humana. O segundo ponto se refere aos hábitos alimentares e a cultura que devem ser mantidos e aprimorados como forma de preservar a herança local. O terceiro ponto trata da sustentabilidade do sistema alimentar, sendo que a Segurança alimentar não deve apenas ser um sistema que garanta no presente produção, distribuição e consumo de alimentos, mas sim que garanta a capacidade de produção no futuro (MALUF *et al.*, 2012).

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar (Maluf *et al.*, 2012, p.4).



A condição de Segurança alimentar e Nutricional jamais poderá comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem as condições futuras necessitando assim ser sustentável.

Dentre os direitos humanos básicos o mais importante é o direito á uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente para todos. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) assegura que a alimentação e a nutrição são requisitos básicos para que haja a promoção e a proteção da saúde, possibilitando ao indivíduo um bom crescimento e desenvolvimento com qualidade de vida (CASARIL & CASARIL, 2005).

Apesar de o Brasil reconhecer esse direito á alimentação, uma grande parcela da população hoje não tem acesso aos alimentos básicos necessários para a manutenção da vida e são vulneráveis a situações de insegurança alimentar e nutricional. Essa vulnerabilidade pode ser detectada através de alguns problemas, como a fome, desnutrição, obesidade, doenças associadas a má alimentação e ao consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial a saúde (CASARIL & CASARIL, 2005).

3.4 Autoconsumo

A produção para autoconsumo pode desempenhar um papel na diversificação das estratégias de vivência e de desenvolvimento das famílias de agricultores. O autoconsumo é a fonte geradora da segurança alimentar para os agricultores familiares (SCHNEIDER & GAZOLLA, 2005).

A produção para autoconsumo compreende todo o tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos que são gerados no interior da unidade familiar e utilizados pelos seus membros para suprir suas necessidades. Nesse sentido, o autoconsumo alimentar pode ser definido como aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira, que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico, de acordo com as suas necessidades (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007 apud CHIMELLO, 2010, p.165).

A possibilidade de se produzir alimento com baixo custo, saudável e em quantidade necessária para a sobrevivência da família mostra a força da agricultura familiar. Deve-se destacar também que na produção para autoconsumo todos estão envolvidos e tomando decisões em conjunto aproximando a família para o trabalho (MALTA, 2011).



4 RESULTADOS E DICUSSÃO

Nesta seção se busca identificar a possibilidade dos agricultores familiares do Assentamento Nova Fartura, Saudade do Iguaçu/PR realizar o cultivo de alimentos para o autoconsumo, e qual a destinação dada aos alimentos produzidos e não consumidos na propriedade. Na pesquisa se realizou a caracterização da área total da propriedade e a renda mensal dos agricultores familiares da Comunidade de São Cristovão, apresentada no Quadro 1.

Quadro 1: Área total da propriedade e renda mensal

Agricultor	Área total da propriedade (ha)	Renda mensal
1	15.5	R\$ 3.500,00
2	18	R\$ 622,00
3	16	R\$ 3.500,00
4	20.8	R\$ 3.100,00
5	16.6	R\$ 622,00
6	14.9	R\$ 1.250,00
7	17.1	R\$ 3.900,00
8	17.5	R\$ 2.000,00
9	19.5	R\$ 622,00
10	15.4	R\$ 622,00
11	15	R\$ 1870,00
12	15.5	R\$ 900,00
13	15	R\$ 622,00
14	16.4	R\$ 900,00
15	17	R\$ 1.250,00
16	17	R\$ 622,00
17	14.5	R\$ 622,00
18	18	R\$ 1.400,00
19	17	R\$ 1.250,00
20	17.3	R\$ 2.490,00
21	17.6	R\$ 3.000,00
22	19	R\$ 400,00
Total	370,6	R\$ 35.064,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Percebe-se que a área total das propriedades não difere muito, sendo que a maior propriedade tem 20,8 hectares e a menor 14,5 hectares. Se calcularmos obteremos como média total das propriedades dos 22 agricultores familiares um área de 16.84 hectares.

Desta forma, apesar de a área destinada à produção de alimentos voltada ao autoconsumo ser relativamente pequena, ela fornece alimentos em variedade e quantidade. A produção destinada ao autoconsumo abrange pequenas criações, hortas, pomares e pequenas lavouras. Entre os itens produzidos, pode-se mencionar diversos tipos de frutas, legumes e verduras; animais como galinhas, suínos,



bovinos, caprinos e peixes; feijão e mandioca, leite e mel (MENASCHER; MARQUES; ZANETTI, 2008).

Com relação à renda mensal, observam-se diferenças acentuadas no valor que cada produtor obtém para sua sobrevivência.

Quanto ao grau de escolaridade pode-se constatar que dos 22 entrevistados, 14 têm Ensino Fundamental Incompleto o que caracteriza 66,64% dos agricultores (27,27%) tem Ensino Fundamental Completo, 1 agricultor (4,54%) têm Ensino Médio Completo e 1, ou seja, 4,54% tem Ensino Superior. O que se observa nas propriedades é que os agricultores possuem conhecimento da prática que não foi adquirido no ensino formal, mas sim, na convivência entre eles e na luta do dia –a-dia. Portanto, deve-se considerar também a junção das novas tecnologias com as tradições passadas de geração após geração que são tradicionais.

Em relação a produção de alimentos para autoconsumo, quando foram questionados sobre a existência ou não da produção para autoconsumo em suas propriedades, os agricultores assumiram a importância da produção e caracterizaram como principais benefícios a facilidade de acesso, alimentos de procedência conhecida e conseqüentemente saudáveis já que 100 % dos agricultores afirmaram não utilizar qualquer tipo de agrotóxico na produção dos alimentos destinados ao consumo de sua família na propriedade.

Assim, segundo GRISA & SCNEIDER (2008), esta produção se faz presente principalmente por proporcionar uma alimentação "mais natural, sem veneno" e também "porque senão a gente tem que comprar". Há a percepção de que produzir para o consumo familiar é uma forma de economizar recursos financeiros e uma importante fonte de segurança alimentar, sobretudo pelo acesso e qualidade dos alimentos.

A adubação utilizada na produção de alimento nas propriedades dos 22 agricultores é proveniente de esterco dos animais da própria propriedade.

Nessas propriedades, apesar da área destinada a produção para autoconsumo ser pequena ela de forma geral desempenha seu papel garantindo a segurança alimentar desses agricultores que mesmo sem receber assistência técnica adequada e regular conseguem retirar da terra seu sustento.

A produção para autoconsumo pode desempenhar um papel na diversificação das estratégias de vivência e de desenvolvimento das famílias de agricultores. O



autoconsumo é a fonte geradora da segurança alimentar para os agricultores familiares (SCHNEIDER & GAZOLLA, 2005).

No quadro 2 percebe-se a importância que os agricultores dão à produção na propriedade sendo que quase todos os membros da família ajudam no cultivo, caracterizando assim, a sua importância dentro da agricultura familiar e facilitando o acesso aos alimentos, destacando-se que quem auxilia no cultivo não são crianças.

Quadro 2: Relação de pessoas que residem na propriedades e ajudam no cultivo dos alimentos

Agricultor	Número de pessoas que residem na propriedade	Número de pessoas que ajudam no cultivo e produção dos alimentos
1	4	4
2	2	2
3	3	1
4	3	2
5	4	2
6	4	2
7	3	2
8	4	4
9	4	3
10	4	2
11	1	1
12	5	2
13	5	2
14	4	2
15	2	2
16	2	2
17	3	3
18	2	2
19	5	5
20	4	2
21	4	3
22	3	2
Total	75	52

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Sendo assim, do total de 75 pessoas que residem na comunidade 52 ajudam no cultivo e destes nenhum é criança, evidenciando assim a importância que os agricultores familiares da comunidade têm pela produção de autoconsumo.

O Quadro 3 mostra a diversificação de alimentos produzidos para autoconsumo, a comercialização do excedente e a relação de agricultores que recebem assistência técnica.



Quadro 3: Alimentos produzidos para autoconsumo, comercializado e Assistência Técnica

Agricultor	Alimentos produzidos	Alimentos comercializados	Assistência técnica
1	Hortaliças, carne de gado, galinha e mandioca, leite.	Leite	Não
2	Hortaliças, carne de gado, galinha e porco, mandioca, ovos, batata, leite.	Leite	Não
3	Mandioca, ovos, carne de galinha, leite.	Leite	Não
4	Hortaliças, mandioca, leite e seus derivados.	Leite e seus derivados.	Sim. 1 vez ao mês.
5	Hortaliças, mandioca, batata-doce, carne de porco, gado e galinha, ovos, leite	Leite	Não
6	Hortaliças, carne de galinha, porco, gado e cabrito, ovos, leite.	Leite	Sim. 1 vez ao mês.
7	Hortaliças, mandioca, feijão, batata doce, carne de porco, galinha e gado, ovos, leite.	Leite e carne de galinha.	Não
8	Hortaliças, mandioca, carne de galinha, gado e porco, ovos, leite.		Não
9	Hortaliças, carne de gado, porco e galinha, leite.		Não
10	Hortaliças, mandioca, batata doce, ovos, carne de galinha, porco e gado, leite.	Leite	Não
11	Mandioca, batata doce, leite.	Leite	Sim. 1 vez ao mês
12	Hortaliças, mandioca, batata doce, carne de gado, porco e galinha, ovos, leite.	Leite	Sim. 1 vez ao mês.
13	Hortaliças, carne de gado, porco e galinha, ovos, mandioca, batata doce, leite.	Leite	Não
14	Hortaliças, carne de gado, porco e galinha, mandioca, batata doce, leite.		Sim.1 vez ao mês.
15	Hortaliças, batata doce, mandioca, carne de gado, porco e galinha, ovos, leite.		Não
16	Hortaliças, mandioca, carne de gado, porco, galinha, leite.	Leite	Não
17	Hortaliças, mandioca, carne de gado, porco e galinha, leite.	Leite	Não
18	Hortaliças, mandioca, feijão, carne de gado, porco e galinha, leite.		Não
19	Hortaliças, feijão, mandioca, carne de gado, porco e galinha, leite.	Leite	Sim. 1 vez ao mês.
20	Hortaliças, mandioca, carne de gado, porco e galinha, leite.	Leite	Não
21	Hortaliças, carne de gado, porco e galinha, mandioca, leite.	Leite	Sim. 1 vez ao mês.
22	Hortaliças, carne de gado, porco, galinha, mandioca, leite.	Leite	Não

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.



Pode-se notar que existem alguns agricultores da Comunidade que não comercializam os alimentos produzidos para autoconsumo e obtém renda através da venda de monoculturas como a soja e o milho.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que a as propriedades tem área para suportar uma produção muito maior, além do que, os agricultores têm conhecimento sobre produção orgânica, vivencia na área agrícola, e vontade o que falta é orientação através da assistência técnica regular.

É importante salientar que os agricultores entrevistados estão valorizando a segurança alimentar uma vez que consomem a maioria dos alimentos oriundos do próprio cultivo, tendo a certeza que estão livres de contaminações.

Também se evidenciou na pesquisa que os entrevistados desenvolvem em sua propriedade a agricultura familiar, pois a maioria dos membros familiares trabalham no cultivo do seu próprio alimento, vendendo o excedente, da qual retira-se a renda familiar.

REFERÊNCIAS

BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. **In:** Agricultura familiar realidades e perspectivas. TEDESCO, J. C. (org). Passo Fundo: UPF, 2001.

CARDOSO, O. B. **Produção para autoconsumo e segurança alimentar no Distrito Estância Velha, Tramandaí, Rio Grande do Sul.** Trabalho de conclusão de curso em Planejamento e gestão para o desenvolvimento rural - UFRGS, 2011.

CASARIL, K. B. P. B.; CASARIL, C. C. A segurança alimentar e a fome no Brasil: contribuição ao debate. **In:** Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar. Contribuição ao debate brasileiro. CASARIL, K. B. P. B. PLEIN, C. (org.). Unioeste – Campus de Francisco Beltrão, 2005.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural.** v.46, n.2, Brasília, Apr./June, 2008.

CHIMELLO, R. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Unesc & Ciência- ACET**, Joaçaba, v.1, n. 2, p.163-174, jul.\ dez. 2010.

GLIESMAM, S. R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável.** 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade- UFRGS, 2001.



GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.14, n.3, SET/DEZ. 1997, p. 411-448.

MALTA, I. **Impactos da modernização na agricultura familiar de Autoconsumo, em Famílias Rurais da Comunidade de Lombas, santo Antônio da Patrulha – Rio Grande do Sul**, 2011.

MALUF, R. S. MENEZES, F.; MARQUES, S. B. **Caderno de Segurança Alimentar**. Disponível em http://ag20.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf. Acesso em maio de 2012.

MENASCHER, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e Segurança Alimentar: a Agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Rev. Nutr.** v.21, suppl.0, Campinas SP, July./Aug. 2008.

PFEIFER, H. P. **A agricultura familiar. Alguns indicadores sociais nos municípios de Salgado Filho e Manfrinópolis**. Francisco Beltrão: O.P., 2002.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Agricultura familiar, produção para autoconsumo e segurança alimentar. **In: Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar. Contribuição ao debate brasileiro**. CASARIL, K. B. P. B. PLEIN, C. (org.). Unioeste – Campus de Francisco Beltrão, 2005.

WINK, C; SCHOENHALS, M; CAOVIALLA, F. A. Aspectos sociais, ambientais e econômicos da agricultura orgânica - estudo de caso em Verê - PR. **Engenharia Ambiental (UNIPINHAL)**, v. 06, p. 269-292, 2009.

